



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XI ( .ª)  
 PERGUNTA Número 265/XI (1.ª)

Expeça-se
Publique-se
19 / 11 / 2009
O Secretário da Mesa
<i>A</i>

**Assunto: "Paragens de Transporte Público Rodoviário na Avenida 25 de Abril em Corroios – Concelho do Seixal, Distrito de Setúbal"**

**Destinatário: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República*

Nas obras do Metro Sul do Tejo (MST) realizadas na Freguesia de Corroios, no Concelho do Seixal, foram imediatamente detectadas diversas anomalias, que se prendem com a eliminação de passadeiras e de duas paragens dos transportes públicos rodoviários na Avenida 25 de Abril, uma junto à Caixa Geral de Depósitos e a outra em frente à urbanização da Quinta da Cereira.

Embora estas paragens tenham sido suprimidas, o local onde se encontravam continua a funcionar como tal, ou seja, os autocarros param para tomada e largada de passageiros, sem as condições de segurança para os utentes. Os transportes públicos rodoviários, nomeadamente, o operador Transportes Sul do Tejo (TST) mantém o funcionamento como se as paragens existissem, alegando que têm o licenciamento para utilizá-las.

Como pode verificar-se nas imagens em anexo, que se reportam à localização da paragem junto à Caixa Geral de Depósitos, não existe espaço disponível para que os passageiros possam permanecer no local da paragem, enquanto aguardam pelo autocarro. Esta paragem é bastante utilizada pela população, principalmente a população idosa, pela proximidade da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Corroios. O projecto do MST não contemplou nenhum espaço de resguardo para a paragem, entre a via rodoviária e a via de circulação do metro de superfície, de modo a permitir a tomada e largada de passageiros em segurança.

No dia 8 de Julho de 2009, duas pessoas foram atropeladas pelo metro de superfície quando se deslocavam para o autocarro, provocando a morte de uma e ferimentos muito graves noutra. No dia 17 de Novembro de 2009 mais uma pessoa sofreu um atropelamento pelo metro de superfície.

Desde 2006 que a Câmara Municipal do Seixal tem vindo a alertar para este problema, tendo já apresentado uma proposta de solução para a falta de segurança das paragens dos transportes públicos rodoviários e ausência das passadeiras. Não houve qualquer resposta positiva das várias entidades



Geral dos Transportes Terrestres e mais recentemente Instituto de Mobilidade dos Transportes Terrestres (IMTT), a Secretaria Estado dos Transportes e o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. O Governo é o responsável da concessão ao MTS e aos TST, que se sobrepõem, e não promove a sua articulação.

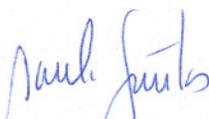
Compete ao Governo assumir esta responsabilidade e criar as condições de segurança dos passageiros que utilizam os transportes públicos rodoviários. Infelizmente houve uma pessoa que faleceu devido à grande falta de segurança existente em ambos os locais, e que pode resultar em mais acidentes como o que esta semana mais uma vez se verificou. É indispensável que sejam tomadas medidas que resolvam o problema das duas paragens e da eliminação de passadeiras.

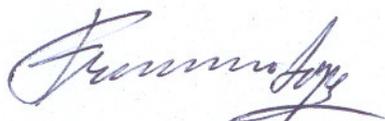
Ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo, que por intermédio do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

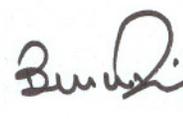
1. O Governo tem conhecimento da situação descrita em relação à falta de segurança das duas paragens na Avenida 25 de Abril, em Corroios e da eliminação de passadeiras?
2. Não considera o Governo que embora não exista fisicamente as paragens, mas mantendo a sua utilização como tal, coloca em risco a integridade física dos passageiros dos transportes públicos rodoviários?
3. As entidades do Governo, o IMTT, a Secretaria de Estado dos Transportes e o Ministério não responderam à proposta de solução avançada pela autarquia. Porquê?
4. Que acções pretende o Governo tomar, no sentido da resolução desta questão? Qual o calendário de intervenção previsto?

Palácio de São Bento, 18 de Novembro de 2009.

Deputados

  
Paula Santos

  
Francisco Lopes

  
Bruno Dias



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Imagem 1 – Zona no local da paragem de transportes públicos rodoviários



Imagem 2 – Pessoas no local da paragem dos TST



Imagem 3 – Embarque de passageiros no transporte público rodoviário



Imagem 4 – Pessoas a sair e a entrar no autocarro



Imagem 5 – Saída da viatura dos TST do local da paragem



Imagem 6 – Metro de superfície a circular no local da paragem